

ENTRE A INÉRCIA INSTITUCIONAL E A VULNERABILIDADE SISTÊMICA: COMPREENDER AS AMEAÇAS INVISÍVEIS À SEGURANÇA DOS JORNALISTAS

Anda Rožukalne

Faculty of Social Sciences, Rīga Stradiņš University, Riga, Letónia
Concetualização, curadoria dos dados, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Alnis Stakle

Faculty of Social Sciences, Rīga Stradiņš University, Riga, Letónia
Concetualização, curadoria dos dados, investigação, redação do rascunho original

Ilva Skulte

Faculty of Social Sciences, Rīga Stradiņš University, Riga, Letónia
Concetualização, curadoria dos dados, investigação, redação do rascunho original

RESUMO

A investigação sobre a segurança dos jornalistas evidencia duas dimensões interligadas: os riscos físicos em zonas de conflito e os riscos menos tangíveis que afetam o desempenho em contextos considerados relativamente seguros. Na Letónia, como noutros países europeus, os jornalistas são alvo de humilhações online, assédio, discurso de ódio e ataques à sua credibilidade profissional. Perante este cenário, colocam-se duas questões centrais: quais são as perceções dos jornalistas relativamente aos riscos para a sua segurança? Estarão as instituições de média preparadas para prestar o apoio adequado? Este artigo analisa as perceções dos profissionais dos média letões relativamente a problemas de segurança associados ao trabalho e aos mecanismos disponíveis para mitigar o stress e os riscos. Foi seguida uma metodologia mista que integrou análise da literatura, um painel de Delphi em duas rondas a especialistas (25 e 23 participantes de média nacionais e regionais, organizações não governamentais e entidades ligadas ao jornalismo), oito entrevistas semiestruturadas com advogados e especialistas em direito dos média, estudos de caso de decisões judiciais e três grupos focais (com especialistas jurídicos, gestores de média e jornalistas de investigação). Os resultados revelam um ambiente de ameaças complexo, onde coexistem múltiplos riscos, mas as estruturas de apoio permanecem limitadas. Mulheres, repórteres regionais, jornalistas de língua russa e *freelancers* surgem como os grupos mais vulneráveis, enfrentando riscos de segurança influenciados tanto pela *invisibilidade de grupo* — quando as suas identidades profissionais não são devidamente reconhecidas — como pela *preocupação com a invisibilidade* — quando ameaças persistentes são normalizadas ou desvalorizadas. Embora algumas insuficiências institucionais resultem de restrições de recursos e da falta de competências jurídicas ou psicológicas, a relutância em agir e as práticas reativas fragilizam ainda mais as respostas organizacionais. A ausência de ação eficaz por parte das autoridades policiais e dos tribunais, a par do aumento das ações judiciais estratégicas contra a participação pública, reforça uma “cultura de impunidade”. Deste modo, emerge um paradoxo: a humilhação e o assédio online são omnipresentes e, por isso, normalizados, tornando-se efetivamente invisíveis apesar da sua persistência. Em contrapartida, os ciberataques e os processos estratégicos contra a participação pública são altamente visíveis, uma vez que afetam diretamente os interesses jurídicos e financeiros das empresas de média. Esta assimetria de visibilidade agrava a erosão da integridade profissional dos jornalistas e do seu papel social.

PALAVRAS-CHAVE

segurança no jornalismo, assédio online, ações judiciais estratégicas contra a participação pública, teoria institucional, Letónia

BETWEEN INSTITUTIONAL INERTIA AND SYSTEMIC VULNERABILITY: UNDERSTANDING INVISIBLE THREATS TO JOURNALISTS' SAFETY

ABSTRACT

Research on journalists' safety reveals two intertwined dimensions: physical risks in conflict zones and less tangible risks to performance in comparatively safe environments. In Latvia, as elsewhere in Europe, journalists face online humiliation, harassment, hate speech, and attacks on their professional credibility. This raises two central questions: how do journalists perceive safety risks, and are media institutions equipped to provide adequate support? This paper examines the perceptions of Latvian media professionals regarding work-related safety issues and the mechanisms available to mitigate stress and risks. A mixed-methods design was applied, combining literature analysis, a two-round Delphi expert survey (25 and 23 participants from national and regional media, non-governmental organisations, and journalism-related organisations), eight semi-structured interviews with solicitors and media law specialists, case studies of court decisions, and three focus group discussions (with legal experts, media managers, and investigative journalists). The results highlight a complex threat environment in which multiple risks coexist, while support structures remain limited. Women, regional reporters, Russian-language journalists, and freelancers emerge as the most vulnerable groups, revealing safety risks shaped by both *group invisibility* — where their professional identities are insufficiently recognised — and *concerns of invisibility* — where persistent threats are normalised or dismissed. While institutional shortcomings are partly due to resource constraints and insufficient legal or psychological expertise, reluctance and reactive practices further weaken organisational responses. A lack of effective action from law enforcement and courts, combined with the rise of strategic lawsuits against public participation, reinforces a “culture of impunity”. A paradox emerges: online humiliation and harassment are omnipresent and thus routinised, making them effectively invisible despite their persistence. By contrast, cyberattacks and strategic lawsuits against public participation cases are highly visible, as they directly affect media companies' legal and financial interests. This asymmetry of visibility exacerbates the erosion of journalists' professional integrity and their societal role.

KEYWORDS

journalism safety risks, online harassment, strategic lawsuits against public participation, institutional theory, Latvia

1. INTRODUÇÃO

À medida que as ameaças à segurança se intensificam, o jornalismo torna-se cada vez mais incerto e complexo. As atividades jornalísticas são hoje mais visíveis e acessíveis graças aos meios de comunicação modernos, tornando os jornalistas alvos mais fáceis de diversas formas de ataque (Miller & Lewis, 2022). Os ataques e ameaças dirigidos a jornalistas deslocam-se de áreas afetadas por conflitos militares para países pacíficos e economicamente desenvolvidos (Baroni et al., 2022). O principal foco das ameaças à segurança é o ambiente online, tanto público como privado, que expõe regularmente os jornalistas a assédio e a violações da sua identidade profissional e integridade pessoal. Estas ameaças afetam o trabalho dos profissionais dos média e influenciam o desenvolvimento global da democracia em muitas sociedades.

A situação de segurança dos jornalistas na Letónia reflete tendências mais amplas observadas na Europa. Segundo o *Worlds of Journalism Study*, embora assassinatos ou prisões sejam raros, cerca de um terço dos jornalistas letões já enfrentou insultos ou descrédibilização pública (Lauerer et al., 2025). Os dados do *Worlds of Journalism Study* indicam que 78% dos jornalistas experienciaram humilhação ou discurso de ódio, 72% viram o seu trabalho descrédibilizado publicamente, 14% sofreram assédio, 48% relataram ataques à sua integridade profissional, 23% tiveram os seus dados utilizados indevidamente e 24% enfrentaram ações legais. Cerca de 26% admitem recorrer à autocensura para evitar ataques, enquanto 63% recebem apoio organizacional, mas 64% temem a impunidade dos perpetradores.

Os jornalistas gozam de elevada autonomia, mas relatam pressões políticas e comerciais sobre a independência editorial (Rožukalne & Skulte, 2024). A maioria possui elevado nível de escolaridade (81%), mas os salários são baixos, com 52% a receber menos do que a média nacional. A força de trabalho é predominantemente feminina (66%).

As condições atuais de segurança para os jornalistas letões são influenciadas pela securitização do discurso sociopolítico e por ataques politicamente motivados a jornalistas profissionais, que geram autocensura, especialmente após a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia (Rožukalne et al., 2024), bem como pelas tensões geopolíticas decorrentes do conflito em curso. A localização geográfica da Letónia e o público mediático linguisticamente dividido (35% da população é de língua russa; Juzefovičs & Vihalemm, 2020), a par da predominância feminina na força de trabalho jornalístico, constituem fatores singulares que reforçam a pertinência da investigação sobre a segurança dos jornalistas.

Com base no modelo conceptual da segurança jornalística (Slavtcheva-Petkova et al., 2023) e na teoria institucional, este estudo pretende analisar como editores, jornalistas e gestores de média letões percecionam desafios invisíveis relacionados com a segurança jornalística e quais os mecanismos de resposta desenvolvidos por instituições mediáticas e organizações profissionais para lidar com o stress associado a riscos de segurança. Considerando que visibilidade e invisibilidade no ambiente social refletem a representação e as interseções do poder (Mohabeer, 2021), esta perspetiva constitui um instrumento útil para compreender como diferentes intervenientes — incluindo jornalistas, editores, gestores de média, organizações não governamentais e representantes de instituições policiais — percecionam os riscos de segurança dos jornalistas como visíveis ou invisíveis (Räber, 2023).

Para orientar este estudo, foram definidas as seguintes questões de investigação (QI):

- QI1: quais são os principais riscos objetivos relacionados com a segurança dos jornalistas (manifestações objetivas de riscos) e os riscos percecionados (consciência subjetiva dos riscos; Slavtcheva-Petkova et al., 2023) que permanecem invisíveis para os intervenientes e partes interessadas envolvidos na garantia da segurança dos jornalistas na Letónia?
- QI2: para mitigar os riscos de segurança dos jornalistas, quais as respostas-chave baseadas em problemas aplicadas ao nível institucional (intermédio) — meios de comunicação, organizações profissionais, instituições policiais?

2. QUADRO CONCEPTUAL

Este estudo recorre ao modelo de segurança jornalística (Slavtcheva-Petkova et al., 2023) e à teoria institucional (Glynn & D’Aunno, 2023; Lowrey & Woo, 2010) para interpretar os dados. A teoria institucional, que entende os média como instituições políticas e culturais, permite analisar a influência organizacional e de poder sobre o comportamento e o conteúdo mediático (Napoli, 2014).

A segurança jornalística refere-se à “capacidade dos jornalistas de desempenharem as suas tarefas profissionais sem comprometer a sua integridade física, psicológica, digital ou financeira, nem o seu bem-estar” (Slavtcheva-Petkova et al., 2023, p. 1214). As ameaças distinguem-se entre riscos objetivos e riscos percecionados, sendo que este estudo considera ambos, analisando ataques, assédio, processos judiciais e decisões institucionais para avaliar o seu impacto na capacidade dos jornalistas de desempenhar funções democráticas.

Adaptámos o modelo para incluir riscos físicos, psicológicos e jurídicos, excluindo riscos financeiros individuais, embora se reconheça a existência de pressões financeiras ao nível organizacional resultantes de processos judiciais dispendiosos. Esta abordagem permite captar riscos tanto ao nível individual — protegendo as atividades profissionais dos jornalistas — como ao nível institucional — salvaguardando a sustentabilidade dos órgãos de comunicação. A teoria institucional orienta a análise das perceções de risco e dos mecanismos de prevenção, evidenciando como a cultura organizacional e as decisões institucionais moldam a compreensão dos riscos à segurança e as medidas implementadas para os mitigar.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Desde que o jornalismo, enquanto profissão, se tornou cada vez mais perigoso (Krøvel et al., 2023; Orgeret & Tayeebwa, 2020), este tem sido estudado não só em relação a crises e guerras (Høiby & Ottosen, 2019; Hoxha et al., 2024), mas também enquanto ameaça sistémica em sociedades relativamente pacíficas. O desenvolvimento das plataformas digitais criou inúmeras oportunidades para os jornalistas, mas também gerou um ambiente público em que estes são atacados, assediados e humilhados (Holton et al., 2021; Lewis et al., 2020; Waisbord, 2024), afetando particularmente as jornalistas mulheres (Chen et al., 2020; Posetti et al., 2021). Os ataques digitais aos jornalistas tornam-se um problema cada vez mais complexo, impulsionado por atores maliciosos que recorrem a métodos tecnologicamente sofisticados (Waisbord, 2022). Através de violência estratégica e estrutural politicamente motivada, estes atores podem desafiar os valores fundamentais do jornalismo profissional baseado na ética (Mesquita & de-Lima-Santos, 2023), minando, em última instância, a sua credibilidade e autoridade aos olhos do público (Carlson, 2017). Defendemos que uma das ameaças mais insidiosas à democracia e à liberdade de expressão é a autocensura praticada pelos jornalistas e pelas suas fontes, frequentemente desencadeada por riscos percecionados (Grøndahl Larsen et al., 2020). Este estudo contribui para a discussão mais ampla ao

analisar como o jornalismo interage com outros atores no ambiente da comunicação pública — atores cujas atividades não só questionam o papel social do jornalismo, mas também representam uma ameaça aos próprios limites da profissão e à legitimidade da autoridade jornalística (Villagrán Sánchez & López Pan, 2024), conforme debatido no discurso meta-jornalístico.

3.1. AMEAÇAS À SEGURANÇA DOS JORNALISTAS

A análise, de 2024, do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa (Reporters Without Borders, 2024) concluiu que a independência e a segurança dos jornalistas estão mais ameaçadas por aqueles que deveriam protegê-los. Em estudos sobre os riscos para a segurança jornalística, os altos responsáveis políticos e os comunicadores políticos são frequentemente destacados. As campanhas de comunicação de políticos e partidos populistas (Panievsky, 2022) utilizam diversos métodos para atingir jornalistas individuais e os média enquanto instituição democrática. Os jornalistas são cada vez mais alvo de ataques e ameaças por parte de políticos de extrema-direita, embora a situação varie de país para país (Baroni et al., 2022). Estes ataques visam jornalistas que investigam corrupção, direitos humanos, crimes ambientais, tráfico de drogas, ilegalidades políticas, outras formas de crime organizado ou que se dedicam ao jornalismo de investigação. Desde 2013, com o aumento da comunicação online, estes ataques — incluindo agressões verbais, ciberataques, agressões físicas e perseguições — tornaram-se mais visíveis e coordenados (Ferrier, 2018). Um estudo que analisou dados de 125 países confirmou que os jornalistas subestimam os ataques no ambiente digital, e que estas agressões se tornam mais perigosas quando passam para o offline (Trappel & Tomaz, 2021).

O assédio e as ameaças estão associados a dimensões como género (47%), idade (30%), etnia (6%) ou orientação sexual (3%; Baroni et al., 2022), destacando as jornalistas e os profissionais de média que representam minorias étnicas e sexuais como grupos mais vulneráveis. Na Bélgica, as mulheres têm uma probabilidade significativamente maior de sofrer ataques relacionados com o género (67% das mulheres, comparado com 4% dos homens). Na Dinamarca, verifica-se um aumento dos ataques a jornalistas de ambos os géneros, embora algumas infrações não sejam registadas. Na Suécia, onde a emissora pública SVT conta com uma equipa de cibersegurança, os jornalistas relatam sofrer ataques em média 35 vezes por dia. Em alguns casos, registou-se a evacuação de redações na sequência de ameaças recebidas.

No estudo, os estudantes de jornalismo também indicaram ter conhecimento destes ataques, embora não se apercebessem da sua frequência nem da gravidade da hostilidade envolvida (Ivask, 2024). Nos Estados Unidos, o desprezo pelos média é expresso através de expressões como *fake news* (notícias falsas) ou *lamestream media* (depreciativo de “média dominante”), enquanto, na Alemanha, o termo *Lügenpresse* (ou “imprensa mentirosa”), conhecido desde a era do Terceiro Reich, é utilizado para desvalorizar jornalistas. Este termo ressurgiu nas discussões públicas, particularmente quando os média alemães começaram a reportar sobre o conflito Rússia-Ucrânia e a anexação da Crimeia em 2014 (Koliska & Assmann, 2021).

3.2. ATAQUES A JORNALISTAS MULHERES

Embora todos os jornalistas enfrentem ataques tanto online como offline, as mulheres sofrem ameaças, discriminação e assédio numa escala muito maior (Chen et al., 2020). Quase metade (48%) das jornalistas inquiridas foi vítima de violência, e 44% foi alvo de assédio online. Frequentemente, deparam-se com comentários sexistas que as criticam, marginalizam, estereotipam, objetificam e ameaçam com base no género ou na sexualidade. Conteúdos de *deepfakes* e pornografia também são instrumentalizados para atacar jornalistas mulheres. Os ataques incluem ameaças de violência física e sexual, por vezes afetando também familiares ou pessoas próximas. Algumas jornalistas sofreram agressões físicas na sequência de ameaças online (Posetti et al., 2021). No estudo de Ferrier (2018), dois terços das jornalistas relataram ameaças ou ataques online, levando 40% das mesmas a deixar de publicar sobre determinados temas. As mulheres são frequentemente vítimas de assédio sexual, o que provoca tanto raiva como medo, gerando sentimentos de vergonha e a perpetuação do assédio (Miller, 2023).

Os ataques sofridos tendem a ser tratados como questões individuais pelas jornalistas, dado que apenas 25% das inquiridas reportaram casos de violência online aos seus empregadores. Uma em cada 10 inquiridas não obteve qualquer resposta aos pedidos de assistência dirigidos ao seu empregador. Indecência, rudeza e agressão verbal dirigidas a uma pessoa constituem uma forma distinta de discurso de ódio sexualizado e misógino, segundo Maria Edström (2016). Estes ataques deixam marcas profundas: há um declínio na saúde mental e um aumento da autocensura. O stress e a diminuição da qualidade do trabalho criam um ambiente hostil nas redações (Chen et al., 2020; Miller & Lewis, 2022).

3.3. REGULAÇÃO DA SEGURANÇA DOS JORNALISTAS E RISCOS JURÍDICOS

Em 2021, a Comissão Europeia (European Commission, 2021b) elaborou um dos documentos mais abrangentes no que respeita à proteção e segurança dos jornalistas e profissionais dos média na União Europeia. O documento define princípios-chave que devem ser implementados nas práticas dos Estados-membros: investigações e processos imparciais, independentes e atempados de todos os ataques a jornalistas; proteção de jornalistas de investigação e de quem trabalha em temas sensíveis e tenha reportado ameaças; e apoio excecional a jornalistas mulheres, membros de minorias e aos seus familiares. Outro documento essencial é a diretiva da Comissão Europeia para salvarguardar jornalistas e defensores de direitos contra ações judiciais estratégicas contra a participação pública (*strategic lawsuits against public participation*, em inglês — SLAPP; European Commission, 2021a), cujo objetivo é proteger jornalistas e defensores dos direitos humanos de ações legais estratégicas. As atividades de SLAPP podem gerar o denominado “efeito inibidor”, concebidas para restringir o trabalho dos meios de comunicação que assumem posições críticas e esgotar os seus recursos, obrigando-os a suportar processos judiciais dispendiosos (Liepa, 2023). A natureza e o grau de impacto das SLAPP no jornalismo ainda não foram suficientemente estudados (Kerševan & Poler,

2023), podendo o “efeito inibidor” estar associado a processos totalmente distintos, difíceis de detetar e medir. O efeito dissuasor associa-se habitualmente a casos criminais, podendo levar à autocensura, particularmente em publicações sobre temas sensíveis. Um estudo sobre a situação na Eslovénia indicou que as SLAPP afetam toda a indústria de média e o conteúdo disponível para o público (Kerševan & Poler, 2023). As atividades SLAPP demonstram como instrumentos jurídicos criados para salvaguardar a liberdade de expressão e regular ações públicas podem ser utilizados contra jornalistas.

As empresas de média mostram-se relativamente passivas na implementação de mecanismos de proteção. A colaboração com plataformas de redes sociais para combater agressores e proteger jornalistas é ineficaz. No entanto, os governos devem reforçar a consciencialização sobre questões de segurança e as normas e disposições jurídicas relevantes junto da polícia e dos procuradores (Trionfi & Luque, 2019; Waisbord, 2022).

3.4. ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA AOS RISCOS DE SEGURANÇA DOS JORNALISTAS

Os ataques a jornalistas podem ser prevenidos em pelo menos dois níveis: através do apoio nas redações de média e da sensibilização para a questão no âmbito da política mediática. O Plano de Ação para a Democracia Europeia da Comissão Europeia (European Commission, 2020) inclui recomendações para a melhoria da segurança.

Os jornalistas dependem, geralmente, da proteção e apoio dos seus empregadores, mas as experiências variam significativamente, destacando áreas de visibilidade e invisibilidade percebidas (Alloa, 2023) no que se refere aos riscos de segurança dos jornalistas. Em alguns países, os jornalistas receberam recomendações de ação, com apoio jurídico e psicológico (Baroni et al., 2022). As redes de apoio devem envolver participantes de meios de comunicação, governos e organizações não governamentais (Kantola & Harju, 2023; Waisbord, 2022).

No Reino Unido, os órgãos de comunicação implementaram medidas anti-assédio, incluindo proteção da privacidade, políticas de bloqueio e mecanismos de comunicação de ameaças. Na Suécia, todas as agressões a jornalistas são reportadas à polícia pelas redações, e consultores de segurança são contratados para prestar apoio. Na Bélgica, os jornalistas são obrigados a frequentar formação obrigatória sobre como responder a ameaças e assédio. No entanto, muitos órgãos de comunicação só prestam apoio após os jornalistas terem sido vítimas de assédio ou ataques, enquanto os profissionais independentes frequentemente não dispõem de assistência institucional (Baroni et al., 2022). Ataques online e offline aumentam o stress e afetam a qualidade do trabalho (Miller & Lewis, 2022), conduzindo a uma avaliação negativa das condições laborais.

4. METODOLOGIA: MÉTODOS, INTER-RELAÇÕES E CONJUNTOS DE DADOS

Esta investigação (realizada entre setembro e dezembro de 2024) utilizou uma estratégia rigorosa de métodos mistos para explorar as preocupações relativas à segurança dos jornalistas na Letónia. A conceção da investigação integrou análise da literatura, um

painel de Delphi a especialistas em duas rondas, análise de casos de decisões judiciais (Apêndice A), entrevistas semiestruturadas (Apêndice B, Tabela B1) e discussões em grupos focais (DGF; Apêndice B, Tabela B2, Tabela B3 e Tabela B4). Esta triangulação metodológica permitiu interpretar tanto a amplitude como a profundidade na compreensão dos desafios multifacetados à segurança jornalística nos média letões contemporâneos.

A fase inicial envolveu a análise da literatura, dados secundários e recomendações de instituições internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Parlamento Europeu, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) para identificar questões-chave de segurança jornalística. Os resultados desta análise informaram o desenvolvimento dos instrumentos de investigação subsequentes.

O núcleo da investigação empírica utilizou o método Delphi, uma técnica estruturada e intensiva de inquérito a grupos de especialistas, concebida para alcançar uma compreensão coletiva de questões complexas. Como salientam Linstone e Turoff (1975), o método Delphi é particularmente adequado para investigar “questões complexas e multidimensionais” em que as opiniões de especialistas podem divergir significativamente. Este método geralmente envolve “inquéritos repetidos”, nos quais os especialistas fornecem avaliações e comentários, podendo rever as suas opiniões “com base no retorno do grupo” após cada ronda (Dalkey & Helmer, 1963). Durante o inquérito, os especialistas não interagiram diretamente entre si; trabalharam apenas com dados agregados das rondas anteriores. Esta abordagem promove uma compreensão mais clara do tema e facilita o consenso sobre questões centrais.

O inquérito incluía opções de resposta fechadas para avaliação de ameaças, complementadas por secções de comentário aberto para opiniões e análises mais detalhadas. A primeira ronda do painel de Delphi contou com 25 participantes de meios de comunicação nacionais e regionais letões (10 dos média regionais) e organizações relacionadas com o jornalismo. A segunda ronda incluiu 23 participantes com representação semelhante. Como exigido pelo método Delphi, os mesmos especialistas participaram em ambas as rondas; contudo, em dois casos não foram recebidas respostas na segunda ronda.

O inquérito consistiu em cinco categorias, cada uma contendo múltiplas afirmações que os participantes avaliaram com base na experiência profissional e conhecimento. As respostas foram analisadas usando medidas quantitativas para perguntas fechadas e análise temática para comentários abertos. As conclusões da primeira fase informaram a conceção da segunda fase, que consistiu em três categorias. Os dados do inquérito Delphi serviram de base para entrevistas semiestruturadas (Grisham, 2009; Okoli & Pawlowski, 2004) com oito especialistas, incluindo advogados e juristas especializados em regulação dos média. As entrevistas foram submetidas a análise temática (Braun & Clarke, 2006), com identificação de temas e subtemas através de codificação. Foram exploradas soluções para a implementação das recomendações da União Europeia na Letónia, bem como possíveis alterações regulatórias, sendo várias centradas nas SLAPP.

Recorrendo ao método de estudo de caso (Priya, 2021), foi desenvolvido um quadro para analisar cinco decisões judiciais e discussões mediáticas relacionadas,

identificando características de SLAPP. Estes resultados orientaram a criação de perguntas para entrevistas e DGF, bem como propostas de alterações regulatórias. Os dados das duas fases do Delphi, das entrevistas e das recomendações da Comissão Europeia foram utilizados na elaboração de cenários para as DGF. Um total de 12 participantes de setores diversos, incluindo advogados, gestores de média e jornalistas de investigação, formaram três grupos focais. As discussões analisaram experiências de SLAPP e apresentaram propostas para reforçar a segurança dos jornalistas e a regulação mediática.

4.1. INTEGRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Após a recolha de dados, procedeu-se a uma análise abrangente de todos os elementos metodológicos. Esta abordagem envolveu triangulação cruzada de métodos, codificação iterativa (incluindo a criação e aperfeiçoamento de quadros de codificação através de múltiplas revisões dos dados qualitativos), validação por partes interessadas (apresentação dos resultados iniciais a atores-chave para verificar a sua precisão e relevância) e interpretação contextual (situação dos resultados no contexto jurídico e mediático letão e europeu mais amplo).

5. SITUAÇÃO DA SEGURANÇA DOS JORNALISTAS NA LETÓNIA — AUTOAVALIAÇÃO PROFISSIONAL

Esta subsecção apresenta os resultados da primeira e da segunda rondas do painel de Delphi, contextualmente relacionados com as entrevistas realizadas com três DGF.

5.1. TIPOS DE PROBLEMAS DE SEGURANÇA: ATAQUES, DIFAMAÇÃO, ASSÉDIO E AMEAÇAS A JORNALISTAS

As categorias mais significativas destacadas pelos profissionais de média letões como problemáticas são a desvalorização pública do trabalho jornalístico, as ameaças online (frequentemente nos emails privados e profissionais e em diversas aplicações de mensagens) e presenciais, e o discurso ofensivo ou de ódio dirigido às atividades profissionais dos jornalistas. Ameaças anónimas, o uso indevido de dados privados dos jornalistas e ataques de desinformação direcionados tornaram-se problemas diários para muitos profissionais. Estes tipos de ameaças afetam negativamente não apenas a sua condição profissional, mas também a vida privada, gerando sentimentos constantes de medo, pressão e vulnerabilidade.

Os ataques online a jornalistas na Letónia seguem tipicamente dois padrões principais. Primeiro, figuras políticas populistas apresentam frequentemente os média profissionais e os jornalistas como fontes de problemas sociais. Jornalistas independentes que procuram uma cobertura equilibrada são alvo de difamação, assédio online e ameaças, por vezes enquadradas como ações que comprometem a segurança nacional, particularmente no contexto da guerra Rússia-Ucrânia. Esforços para discutir questões geopolíticas são ocasionalmente deturpados como apoio ao agressor.

Em segundo lugar, jornalistas que cobrem temas sensíveis — como relações étnicas, narrativas históricas contestadas, propaganda russa, política linguística do Estado, direitos humanos, proteção de minorias, migração e violência doméstica — sofrem ataques pessoais destinados a humilhá-los ou desacreditar. Estes ataques envolvem, em geral, violações da integridade pessoal e tentativas de humilhação ou descredibilização pública do jornalista: “para prejudicar os jornalistas, os média que representam, são criadas redes sociais, perfis e até publicações. A polícia não sabe como agir quando recebe todo o tipo de queixas sobre os ‘danos causados’ pelos jornalistas” (Painel de Delphi, Respondente 1, 16 de outubro de 2024). Políticos e altos responsáveis iniciam frequentemente ações de deslegitimação através de críticas públicas ou processos legais (Rožukalne et al., 2024), enquanto ataques de membros emocionalmente reativos do público são geralmente mais fáceis de gerir pelos jornalistas.

Os jornalistas de investigação são desproporcionalmente afetados, dado que exploram frequentemente tópicos politicamente sensíveis e complexos em profundidade, incluindo investigações sobre corrupção política, responsabilidade de funcionários públicos e desafios sistémicos em políticas sociais, como acesso à saúde, qualidade da educação para grupos minoritários e financiamento e disseminação de desinformação.

Existem grupos específicos de jornalistas que são mais vulneráveis. Os jornalistas regionais são particularmente suscetíveis a pressões locais. Confrontam-se com recursos jurídicos limitados e apoio institucional insuficiente, agravados por restrições financeiras para medidas essenciais de proteção.

As jornalistas mulheres são desproporcionalmente visadas por assédio online, incluindo ameaças sexualizadas e intimidação baseada no género, visando descredibilizá-las. O carácter frequentemente anónimo destes ataques dificulta a responsabilização, afetando gravemente a saúde mental e o desempenho profissional. O mesmo se aplica a outras minorias (sexuais, étnicas, etc.). A discriminação política no jornalismo cria vetores adicionais de ameaça, enquanto profissionais de média de língua russa enfrentam riscos acrescidos face às atuais tensões geopolíticas e à securitização do discurso público, incluindo uma exposição mais intensa ao discurso de ódio em plataformas digitais. Além disso, os jornalistas independentes, enquanto grupo, estão menos protegidos, uma vez que não são claramente incluídos nos modelos sistémicos de proteção.

5.2. ASPETOS INDIVIDUAIS VERSUS ORGANIZACIONAIS

Os órgãos de comunicação desempenham um papel fundamental na proteção dos jornalistas face às crescentes ameaças físicas e digitais. Embora as redações, de forma geral, ofereçam apoio após os incidentes, essa assistência revela-se frequentemente insuficiente perante adversários com mais recursos, evidenciando lacunas nas estratégias editoriais e nas salvaguardas jurídicas. O envolvimento organizacional é particularmente relevante quando as publicações intentam ações judiciais. A maioria dos meios de comunicação dispõe de enquadramentos de proteção e, em regra, existe representação jurídica disponível; contudo, as autoridades muitas vezes optam por não investigar queixas de

difamação, ameaças ou assédio. Enquadramentos de proteção eficazes devem incluir apoio financeiro, jurídico e psicológico, sobretudo após episódios de violência física, reportagens em zonas de conflito ou ameaças continuadas, exigindo protocolos editoriais organizados que assegurem tanto a segurança como a recuperação.

A análise de especialistas indica que as características pessoais dos jornalistas e as capacidades organizacionais são cruciais para a sua segurança. Os colegas prestam frequentemente o apoio primário, mas muitos jornalistas hesitam em pedir ajuda, receando que isso possa agravar a situação. Tal pode levar a comportamentos de evitamento, silêncio ou redução da pegada digital, frequentemente associados a esgotamento profissional e a uma menor motivação para recorrer a mecanismos jurídicos. Embora as organizações profissionais contribuam para sensibilizar sobre ameaças sistémicas, não oferecem proteção direta, levando os jornalistas a procurar auxílio sobretudo quando as ameaças afetam também familiares.

Os jornalistas que participaram no estudo reconheceram que o assédio prolongado os levou a evitar tópicos que poderiam provocar novos ataques. Muitos admitiram sentir-se parcialmente silenciados e recorrer à autocensura como mecanismo de *coping*. Esta tendência é corroborada por testemunhos de editores e produtores de informação, que relataram situações em que não foi possível preparar integralmente programas noticiosos porque jornalistas optaram por não abordar determinados temas. Em alguns casos, especialistas de alto nível também se recusaram a prestar comentários sobre questões sensíveis, limitando o alcance da cobertura jornalística. Entretanto, gestores de média que procuram apoiar as suas equipas editoriais reconhecem que nem sempre conseguem detetar manifestações de autocensura no trabalho individual dos jornalistas.

Estas tendências representam perigos significativos. Comportamentos de evitamento contribuem para a autocensura, que corrói a liberdade de expressão essencial ao jornalismo. Além disso, o esgotamento traduz uma exaustão dos recursos psicoemocionais. Esta situação, aliada a salvaguardas organizacionais insuficientes, perpetua a impunidade dos agressores.

5.3. AÇÕES JUDICIAIS ESTRATÉGICAS CONTRA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Os especialistas concordam que jornalistas de investigação podem antecipar potenciais casos de SLAPP e também reconhecem que litígios prolongados podem ter um impacto negativo nas relações entre empregadores e jornalistas. Na Letónia, os eventuais casos de SLAPP caracterizam-se por processos morosos e financeiramente onerosos, levando os órgãos de comunicação a abandonar gradualmente temas com risco de litígio. Normalmente, são atores institucionais que impulsionam estas iniciativas (Ostrovskis, 2023).

Os casos analisados quanto a possíveis características de SLAPP (Liepa, 2023) dizem sobretudo respeito à liberdade de expressão e ao alcance das restrições sobre estes direitos. A maioria das ações é intentada por difamação da honra e dignidade. Ao analisar o perfil dos demandantes, verifica-se que todos eles (exceto no caso individual de um

jornalista relativamente a assédio online) possuem recursos de poder significativamente superiores aos da organização de média. Dois aspetos correspondem principalmente às características de SLAPP — o montante desproporcionado da indemnização solicitada (Caso 2: Ópera e Ballet Nacional vs Tvnet, montante 129.873 €) e a duração dos processos (por exemplo, sete anos, cinco anos), criando um encargo adicional e exigindo a defesa do órgão de comunicação durante vários anos e em diversas instâncias judiciais. Quanto ao elevado custo dos processos judiciais, o perito em direito mediático envolvido no estudo observou que “mesmo quando um órgão de comunicação vence um caso após vários anos, acaba por perder financeiramente, uma vez que a legislação letã não prevê a compensação integral das despesas judiciais” (Informante A). Em vários casos (1, 2, 3 e 4), os conflitos avaliados indicam que a cobertura de questões socialmente significativas, particularmente aquelas controversas e sensíveis, pode ser limitada, revelando um “efeito inibidor” e reduzindo o pluralismo mediático.

Estes casos envolvem temas que moldam a agenda política e podem ser considerados polarizadores ou potencialmente ameaçadores para o Estado de direito e a segurança da sociedade. Por exemplo, a legalidade das ações de administradores de insolvência (Casos 1 e 4, ambos como reação a séries de artigos de investigação); as consequências da influência cultural da Rússia liderada por Putin na Letónia (Caso 2); e a interpretação de episódios dolorosos da história letã por um político visando apelar às minorias russo-falantes durante uma transmissão mediática em direto (Caso 3). Os potenciais casos de SLAPP examinados neste estudo foram iniciados por atores poderosos: um administrador de insolvência enquanto funcionário público (Caso 1), membros do conselho da Ópera e Ballet Nacional (Caso 2), um juiz (Caso 4) e o Conselho Nacional de Média Eletrónica (Caso 3), cujas sanções rigorosas contra órgãos de comunicação podem sinalizar uma forma institucionalizada de SLAPP.

Os participantes do estudo destacaram a prática do Conselho Nacional de Média Eletrónica na instauração de processos administrativos sobre conteúdos mediáticos, exigindo as multas máximas possíveis, referenciando um caso recente (por exemplo, NEEMC vs Tvnet relativo a uma entrevista em direto; Kreijere, 2024) como exemplo. Este é um dos vários casos em que o órgão regulador dos média atua de forma semelhante a um caso de SLAPP, utilizando o seu poder contra um órgão de comunicação. Este e outros casos motivaram recomendações dos especialistas para a criação de um sistema de monitorização de casos SLAPP na Letónia e para o desenvolvimento de orientações que permitam avaliar queixas contra os média, identificando características de SLAPP antes da apreciação do processo.

Ao avaliar as possibilidades de um jornalista recorrer a ações judiciais, a análise revela avaliações conflitantes de diferentes instâncias judiciais relativamente às mesmas circunstâncias, estabelecendo as bases para a jurisprudência sobre assédio a jornalistas no ambiente online. Isto demonstra também que os jornalistas devem defender os seus direitos sem apoio do empregador. Por outro lado, não está claro em que medida os deveres profissionais do jornalista foram considerados na análise do caso. A situação avaliada exemplifica uma “cultura de impunidade” (Alley, 2010; Mitchell, 2025; United

Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012a, 2012b), evidenciando o risco de que o assédio público a jornalistas comprometa o seu desempenho profissional.

Todos os advogados envolvidos neste estudo observaram que, na Letónia, existe uma falta de compreensão sobre a natureza das SLAPP no contexto profissional, ausência de regulamentação adequada e inexistência de debate profissional sobre estes casos. Considerando o processo de implementação da diretiva da União Europeia sobre SLAPP, é necessário avaliar quais os atos jurídicos nacionais aplicáveis a processos judiciais de nível nacional que deveriam introduzir requisitos relativos a SLAPP.

Todos os advogados conseguiram indicar vários casos na sua prática que evidenciam sinais de SLAPP.

Informante 2: “como se manifesta: ações totalmente infundadas; nenhuma prova de que tenha sido causado dano” (19 de outubro de 2024).

Uma característica significativa das SLAPP é a multiplicidade de ações ou ameaças que, frequentemente, surgem na prática quando se inicia uma nova ação sobre a última publicação de um jornalista, especialmente quando já existe uma ação em curso.

Informante 3: “seria importante esclarecer como atua o tribunal em casos de litígios estratégicos em ações civis se a mesma pessoa se dirige repetidamente a um jornalista” (8 de outubro de 2024).

Os especialistas jurídicos consideram que a regulamentação existente é geralmente suficiente, sendo necessárias apenas pequenas alterações ou adições, em vez de mudanças significativas.

5.4. ESTRUTURAS DE PROTEÇÃO E PROBLEMAS DE PROTEÇÃO

A análise dos especialistas sublinha a igual relevância do assédio sistemático e dos desafios à legitimidade moral dos jornalistas. A frequência crescente do assédio persistente manifesta-se de múltiplas formas: práticas de vigilância, perseguição, partilha não consensual de informação e ameaças que atravessam ambientes físicos e digitais. As consequências psicológicas de tal assédio sustentado ilustram impactos longitudinais de considerável importância.

Durante as DGF com gestores de média e jornalistas, foram mencionadas críticas ao trabalho das instituições policiais associado a vários casos conhecidos, nos quais as repetidas denúncias de assédio e discurso de ódio na internet não foram consideradas fundamento para abertura de inquéritos. Esta situação gerou desconfiança dos profissionais de média relativamente às instituições policiais. Há a percepção, entre os jornalistas, de que a polícia, na maioria das vezes, não reage a estes sinais ou reage apenas circunstancialmente. Tanto os jornalistas como os advogados entrevistados interpretam a passividade e o desinteresse como decorrentes da escassez de efetivos policiais e da sobrecarga de trabalho dos agentes, bem como da falta de compreensão do trabalho jornalístico, que permitiria a identificação e classificação precisas das infrações legais.

Um jornalista apresentou a seguinte crítica:

sejamos honestos, um agente da polícia com 600 processos não tem tempo para submissões jornalísticas, regista-as, coloca-as de lado e espera que prescrevam. É esta a realidade. Cada problema específico precisa de um caso tipo “Rusiņš” [caso de um assassinato sádico] para que algo avance. Aplicar a lei exige muitos detalhes, e não há tempo para isso. (Informante 2, 21 de outubro de 2024)

A sobrecarga e a falta de pessoal foram também reconhecidas por um representante da polícia do Estado: “a verdade é que há falta de agentes, muitos fazem horas extra e estão à beira do esgotamento”. Neste contexto, “não há tempo para pensar se isto é um jornalista” (Informante 8, 24 de outubro de 2024).

Estas explicações sugerem, indiretamente, que ambas as partes envolvidas tendem a desconsiderar a questão da segurança dos jornalistas como merecedora de atenção ou solução sérias. Além disso, os jornalistas afirmam que a polícia chega mesmo a dificultar o desempenho do seu trabalho:

na nossa prática, apenas sofremos ameaças. A polícia do Estado dificulta de forma clara o desempenho das funções profissionais dos jornalistas. O controlo sobre matérias jornalísticas é excessivo e, em geral, injustificado; é exercido por funcionários, não procurando soluções, apenas retendo informação. (Painel de Delphi, Respondente 2, 21 de outubro de 2024)

O principal problema é a falta de compreensão do papel dos jornalistas e o seu trabalho profissional. Especialistas defendem formação específica para agentes policiais e magistrados, além do reforço da assessoria jurídica e apoio à saúde mental. Existe um ceticismo generalizado quanto à eficácia dos atuais quadros regulatórios, sobretudo no que se refere à qualidade da sua implementação.

Isto evidencia a necessidade de desenvolver um modelo de proteção colaborativo. Para criar um sistema de proteção eficaz, alguns especialistas propõem a criação de um ponto nacional de contacto (PNC) dedicado à segurança dos jornalistas (jam, 2024), com o objetivo de monitorizar incidentes e facilitar a troca de informação com as organizações relevantes. Os especialistas sublinham a importância do aconselhamento jurídico e do apoio em saúde mental para os profissionais dos média que enfrentam desafios de segurança.

Até à data, contudo, os planos do PNC concentram-se sobretudo em coordenar assistência jurídica, supervisionar programas de prevenção de ataques online e oferecer consultas de segurança. Considera-se essencial a criação de uma função de resposta imediata para situações de urgência. Os especialistas destacam ainda que uma implementação eficaz exige parcerias colaborativas entre organizações não governamentais, associações profissionais e instituições estatais.

O apoio a jornalistas vulneráveis requer um leque diversificado de estratégias, incluindo programas de apoio personalizados, consultas jurídicas gratuitas, formação em segurança, sistemas de resposta rápida, iniciativas de mentoria, apoio psicológico e uma maior consciência institucional das necessidades específicas de jornalistas pertencentes a minorias.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Este estudo examina o panorama da segurança dos jornalistas na Letónia, contextualizando os resultados locais em tendências europeias e globais mais abrangentes. A abordagem metodológica triangulada revela que os jornalistas letões enfrentam ameaças semelhantes às dos seus homólogos europeus, mas com características específicas influenciadas pelo ambiente sociopolítico regional.

6.1. CONVERGÊNCIA INVISÍVEL DE AMEAÇAS FÍSICAS E DIGITAIS

A nossa investigação destaca uma sobreposição preocupante entre vetores de ameaça tradicionais e novos dirigidos aos jornalistas na Letónia. Embora a segurança física continue a ser uma preocupação significativa — sobretudo para jornalistas de investigação e aqueles que tratam de questões sensíveis —, o assédio digital surgiu como um método de ataque disseminado e cada vez mais sofisticado. Esta transformação acompanha as tendências internacionais observadas em estudos anteriores (Baroni et al., 2022; Miller & Lewis, 2022), mas apresenta características regionais específicas na Letónia. A forte ligação entre as ameaças online e as suas equivalentes offline — ilustrada pelo caso da jornalista do centro de jornalismo de investigação RE: Baltica (*Žurnālistes Sprīņģes Vajāšanā Apsūdzētajam Sondaram Piespriests Cietumsods*, 2022), em que o assédio digital evoluiu para intimidação física — demonstra como as plataformas digitais podem servir de incubadora para formas mais graves de agressão. Esta consistência sugere que fatores sistémicos e transnacionais desempenham um papel na intimidação de jornalistas, e não apenas preocupações locais. No entanto, a vulnerabilidade acrescida dos profissionais dos média locais na Letónia à pressão exercida por municípios evidencia como as dinâmicas de poder locais podem amplificar ameaças globais, criando riscos adicionais para jornalistas em várias regiões do país.

6.2. DIMENSÕES DE GÉNERO DO ASSÉDIO

A acentuada disparidade de género nas experiências de assédio constitui um achado fundamental que se alinha com a investigação global (Chen et al., 2020; Ferrier, 2018; Posetti et al., 2021). Na Letónia, as jornalistas são alvo desproporcionado de ataques de cariz sexualizado e baseado no género, concebidos não apenas para intimidar, mas também para minar gravemente a sua credibilidade profissional. Esta tendência reflete preconceitos sociais e culturais mais amplos, mas é particularmente evidente no jornalismo devido à elevada visibilidade pública da profissão. Curiosamente, apesar de o setor dos média na Letónia integrar uma maioria de mulheres (Šulmane & Uzule, 2018), subsiste o paradoxo de este campo profissional, predominantemente feminino, continuar a ser alvo de assédio baseado no género. Esta situação indica que a maior representação feminina no mercado de trabalho não garante, por si só, tratamento equitativo ou segurança. O assédio dirigido a jornalistas mulheres e pertencentes a minorias está enraizado em preconceitos sociais e culturais, sendo frequentemente invisível para as instituições e

para o público. Tal realidade sublinha a necessidade urgente de medidas de proteção sensíveis ao género, que considerem tanto a frequência dos incidentes como a natureza específica das ameaças de que estas profissionais são alvo.

6.3. LACUNAS NA RESPOSTA INSTITUCIONAL

A nossa análise revela diferenças notáveis entre os modelos teóricos de proteção de jornalistas e a sua implementação real na Letónia. Apesar das extensas orientações e recomendações europeias (Council of Europe, 2020, 2023; European Commission, 2021a, 2021b), os mecanismos de proteção disponíveis para os jornalistas na Letónia continuam insuficientes. Existe uma inércia institucional (Maijanen et al., 2019) entre os diversos atores envolvidos na avaliação de ameaças digitais e no desenvolvimento de mecanismos de proteção, aumentando o impacto destes riscos, particularmente ao fomentar consequências psicológicas associadas à autocensura.

Os dados indicam que as autoridades policiais optam frequentemente por não investigar queixas de difamação, ameaças ou assédio dirigidas a jornalistas, criando uma cultura de impunidade. Esta lacuna na aplicação das normas evidencia questões mais amplas na transposição de diretivas supranacionais para sistemas nacionais de proteção eficazes. A aplicação inconsistente dos enquadramentos legais existentes sugere que o problema reside mais nas atitudes institucionais relativamente à segurança e liberdade de expressão dos jornalistas do que em deficiências regulamentares. Os especialistas sublinham a necessidade de formação especializada para os agentes da polícia e do sistema judicial, reconhecendo que os mecanismos de proteção exigem instrumentos legais adequados, bem como transformações culturais e atitudinais nas instituições responsáveis pela sua implementação.

6.4. AÇÕES JUDICIAIS ESTRATÉGICAS CONTRA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA COMO VETOR EMERGENTE DE AMEAÇA

A identificação das SLAPP como uma preocupação relevante no panorama mediático da Letónia, especialmente para jornalistas de investigação, acompanha a crescente consciencialização europeia acerca desta ameaça. A nossa constatação de que os eventuais casos de SLAPP na Letónia se caracterizam por litígios prolongados e financeiramente gravosos sugere que estes mecanismos legais funcionam principalmente como instrumentos de esgotamento de recursos, em vez de soluções jurídicas genuínas, coerentes com as caracterizações internacionais (Liepa, 2023; Verza, s.d.). As opiniões divergentes dos especialistas sobre a prevalência e impacto das SLAPP provavelmente derivam das circunstâncias distintas entre meios de comunicação regionais e nacionais. Os média regionais tendem a realizar menos jornalismo de investigação sobre temas sensíveis, demonstrando como a vulnerabilidade às SLAPP varia no panorama mediático — jornalistas que se focam em responsabilizar entidades poderosas enfrentam riscos acrescidos.

6.5. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL DE PROTEÇÃO

Os dados destacam a complexa interrelação entre fatores individuais e organizacionais na proteção dos jornalistas. Embora os órgãos de comunicação geralmente prestem apoio após os ataques, esta assistência revela-se frequentemente insuficiente face a adversários com recursos e capacidades superiores. O facto de os jornalistas priorizarem o apoio de colegas, assumindo responsabilidade individual na gestão das consequências pós-ataque, reflete uma cultura profissional que considera a exposição a ameaças como parte normal do trabalho. Esta aceitação rotineira das ameaças, conjugada com recursos organizacionais limitados, desincentiva frequentemente os jornalistas a procurar ajuda e fomenta comportamentos auto-limitadores que comprometem tanto a sua autonomia como a qualidade do trabalho. Além disso, a tendência de solicitar apoio apenas quando as ameaças se estendem a familiares estabelece um limiar preocupante para a intervenção, deixando os jornalistas vulneráveis a assédio persistente de baixa intensidade, concebido para permanecer abaixo desse limiar, mas ainda assim exercendo um efeito dissuasor.

6.6. RUMO A QUADROS INTEGRADOS DE PROTEÇÃO

Os resultados demonstram que a visibilidade e invisibilidade dos riscos de segurança dos jornalistas é hierárquica, refletindo relações de poder e as suas dinâmicas (Mohabeer, 2021). A invisibilidade diz respeito principalmente a identidades profissionais insuficientemente reconhecidas pelas instituições de polícia e justiça. Polícias e procuradores tendem a não reconhecer os jornalistas como um grupo profissional distinto que requer proteção, solicitando definições e orientações mais precisas para reconhecê-los. Além disso, a fronteira entre comunicadores jornalísticos e não jornalísticos tornou-se invisível, uma vez que as transformações no ecossistema mediático e nos padrões de consumo de média já não sustentam a visibilidade da integridade profissional dos jornalistas.

Esta invisibilidade opera em dois níveis (Alloa, 2023). Primeiro, como grupo profissional invisível, a integridade dos jornalistas é muitas vezes desconsiderada, e ameaças como o assédio online não são reconhecidas como perturbações à atividade profissional. Segundo, há a invisibilidade das preocupações, em que perseguição (*stalking*), assédio e intimidação se tornam normalizados. Por outro lado, os casos de SLAPP e potenciais ciberataques são mais visíveis para os gestores de média, por afetarem diretamente recursos organizacionais e reputações. Muito menos visíveis são as próprias preocupações dos jornalistas sobre como as ameaças persistentes comprometem tanto o seu bem-estar como a qualidade do conteúdo fornecido ao público.

Os resultados indicam um forte apoio dos especialistas ao desenvolvimento de quadros integrados de proteção que combinem dimensões legais, psicológicas e de segurança. O proposto PNC para a segurança dos jornalistas (jam, 2024) poderá constituir uma solução viável para coordenar estas respostas diversas e reduzir a atual fragmentação dos recursos de proteção.

7. CONCLUSÕES

Este estudo apresenta evidências empíricas sobre os desafios de segurança que os jornalistas na Letónia enfrentam, destacando lacunas significativas nos atuais mecanismos de proteção. O ambiente de ameaça é complexo, abrangendo vulnerabilidades profissionais, digitais, jurídicas, de género e institucionais, muitas vezes com sistemas de apoio inadequados. Contudo, muitas das invisibilidades relacionadas com a segurança, resultantes das contínuas mudanças no ecossistema mediático, continuam por detetar e, portanto, difíceis de abordar nas políticas e estratégias.

Os principais resultados indicam que a segurança dos jornalistas na Letónia vai além da proteção física, englobando a autonomia profissional, o bem-estar mental, salvaguardas jurídicas, segurança financeira e proteção digital. As medidas de proteção existentes são aplicadas de forma inconsistente, sendo que as respostas institucionais tendem a não abordar a gravidade e complexidade dos riscos. Grupos em situação de risco — incluindo mulheres, jornalistas de investigação e regionais, profissionais de média em língua russa e independentes — são especialmente vulneráveis, exigindo estratégias de proteção específicas.

A análise revela diferenças na perceção dos riscos e das respostas entre instituições. As organizações de média geralmente reconhecem as ameaças, mas tendem a concentrar-se nos riscos legais e físicos devido a limitações de recursos, enquanto as suas respostas a ameaças digitais permanecem fragmentadas e reativas. As forças de segurança carecem de definições e procedimentos claros para avaliar ameaças digitais, deixando os jornalistas desprotegidos e evidenciando que os agressores têm habitualmente maior capacidade para criar riscos do que os profissionais de média para os mitigar. Os resultados sublinham a necessidade de um quadro nacional de proteção dos jornalistas na Letónia, que inclua medidas preventivas, capacidades de resposta rápida e sistemas de apoio contínuo. O desenvolvimento de políticas deve centrar-se na formação especializada de forças de segurança e do poder judicial, bem como no apoio jurídico e psicológico a jornalistas em risco, protocolos de proteção para grupos vulneráveis e mecanismos de monitorização e combate a litígios SLAPP. As organizações de média devem reforçar estratégias internas de proteção através de protocolos de segurança claros, formação do pessoal e alocação de recursos para defesa jurídica. O fortalecimento da proteção dos jornalistas é essencial não apenas para a segurança individual, mas também para a preservação do papel democrático do jornalismo independente num ambiente de informação desafiante. A harmonização dos sistemas de proteção da Letónia com os padrões europeus requer a abordagem de lacunas estruturais e percetivas para garantir salvaguardas abrangentes e adequadas.

8. LIMITAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Este estudo oferece contributos importantes sobre a segurança dos jornalistas na Letónia, mas várias limitações metodológicas e conceptuais devem ser reconhecidas. O painel de Delphi pode introduzir viés de seleção, uma vez que inclui principalmente jornalistas dispostos a discutir segurança, enquanto aqueles que abandonaram a profissão

devido a assédio não estão representados. A duração do estudo limita a observação de alterações a longo prazo nas ameaças, especialmente no panorama digital em rápida evolução. Além disso, a ausência de métricas padronizadas para avaliar casos SLAPP dificulta comparações entre países. Pesquisas futuras devem incorporar estudos longitudinais, avaliações quantitativas da autocensura, análises comparativas dos mecanismos de proteção nos países bálticos e avaliações de nova legislação, como a Diretiva da União Europeia sobre proteção contra SLAPP, para informar melhorias políticas.

Pós-Edição de Tradução Automática: Anabela Delgado

AGRADECIMENTOS

O estudo foi financiado pelo Ministério da Cultura da República da Letónia, ao abrigo do contrato de serviço n.º 2.5-15-2 (Ministério da Cultura) e n.º 3-L-9/43/2024 (Universidade Riga Stradiņš), de 23 de agosto de 2024.

REFERÊNCIAS

- Alley, R. (2010). The culture of impunity: What journalists need to know about international humanitarian law. *Pacific Journalism Review*, 16(1), 78–95.
- Alloa, E. (2023). Invisibility: From discrimination to resistance. *Critical Horizons*, 24(4), 325–338. <https://doi.org/10.1080/14409917.2023.2286865>
- Baroni, A., d'Haenens, L., & Lo, W. H. (2022). Protecting journalists from harassment: Comparing existing protection mechanisms and the effects on democracy. In J. Trappel & T. Tomaz (Eds.), *Success and failure in news media performance: Comparative analysis in the Media for Democracy Monitor 2021* (pp. 59–77). Nordicom. <https://doi.org/10.48335/9789188855589-3>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qpo630a>
- Carlson, M. (2017). *Journalistic authority: Legitimizing news in the digital era*. Columbia University Press.
- Chen, G. M., Pain, P., Chen, V. Y., Mekelburg, M., Springer, N., & Troger, F. (2020). 'You have to have a thick skin': A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. *Journalism*, 21(7), 877–895. <https://doi.org/10.1177/1464884918768500>
- Council of Europe. (2020). *How do we protect journalists and other media actors?* <https://edoc.coe.int/en/media/8283-how-to-protect-journalists-and-other-media-actors.html>
- Council of Europe. (2023). *How to protect journalists and other media actors? Extended*. <https://edoc.coe.int/en/media/11645-how-to-protect-journalists-and-other-media-actors-extended.html>
- Dalkey, N., & Helmer, O. (1963). An experimental application of the Delphi method to the use of experts. *Management Science*, 9(3), 458–467.
- Edström, M. (2016). The trolls disappear in the light: Swedish experience of sexualized hate speech in the aftermath of Behring Breivik. *International Journal for Crime, Justice, and Social Democracy*, 5(2), 96–106. <https://doi.org/10.5204/ijcsd.v5i2.314>

- European Commission. (2020, 3 de dezembro). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the European Democracy Action Plan*. COM (2020) 790. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0790>
- European Commission. (2021a, 11 de abril). *Protecting journalists and human rights defenders from strategic lawsuits against public participation (SLAPPs)*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/democracy-eu-citizenship-anti-corruption/democracy-and-electoral-rights/protecting-journalists-and-human-rights-defenders-strategic-lawsuits-against-public-participation_en
- European Commission. (2021b, 16 de setembro). *Recommendation on the protection, safety and empowerment of journalists*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/recommendation-protection-safety-and-empowerment-journalists>
- Ferrier, M. (2018). *Attacks and harassment: The impact on female journalists and their reporting*. TrollBusters & International Women's Media Foundation.
- Glynn, M. A., & D'Aunno, T. (2023). An intellectual history of institutional theory: Looking back to move forward. *Academy of Management Annals*, 17(1), 301–330. <https://doi.org/10.5465/annals.2020.0341>
- Grisham, T. (2009). The Delphi technique: A method for testing complex and multifaceted topics. *International Journal of Managing Projects in Business*, 2(1), 112–130. <https://doi.org/10.1108/17538370910930545>
- Grøndahl Larsen, A., Fadnes, I., & Krøvel, R. (Eds.). (2020). *Journalist safety and self-censorship* (1.^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780367810139>
- Høiby, M., & Ottosen, R. (2019). Journalism under pressure in conflict zones: A study of journalists and editors in seven countries. *Media, War & Conflict*, 12(1), 69–86. <https://doi.org/10.1177/1750635217728092>
- Holton, A. E., Bélair-Gagnon, V., Bossio, D., & Molyneux, L. (2021). “Not their fault, but their problem”: Organizational responses to the online harassment of journalists. *Journalism Practice*, 17(4), 859–874. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1946417>
- Hoxha, A., Andresen, K., & Mulliqi, G. (2024). Solidarity, safety and journalism: Collaboration between Ukrainian and Kosovar journalists in times of war. *Journalism*, 26(4), 843–861. <https://doi.org/10.1177/14648849241303112>
- Ivask, S. (2024). Teaching safety of journalists: Student responses and solutions to occupational risks and hostility. *Journalism & Mass Communication Educator*, 79(3), 306–322. <https://doi.org/10.1177/10776958241248731>
- jam. (2024, 4 de dezembro). *Aicina ziņot par naida runu un vajāšanu pret žurnālistiem un mediju darbiniekiem*. Latvijas Žurnālistu Asociācija. <https://latvijaszurnalisti.lv/aicina-zinot-par-naida-runu-un-vajasanu-pret-zurnalistiem-un-mediju-darbiniekiem/>
- Juzefovičs, J., & Vihalemm, T. (2020). Keeping channels open or screening out? The digital practices of Baltic Russian-speakers during the Russia-Ukraine conflict. *Russian Journal of Communication*, 12(3), 262–283. <https://doi.org/10.1080/19409419.2020.1851454>
- Kantola, A., & Harju, A. A. (2023). Tackling the emotional toll together: How journalists address harassment with connective practices. *Journalism*, 24(3), 494–512. <https://doi.org/10.1177/1464884921105293>
- Kerševan, T., & Poler, M. (2023). Silencing journalists in matters of public interest: Journalists and editors assessments of the impact of SLAPPs on journalism. *Journalism*, 25(12), 2485–2503. <https://doi.org/10.1177/14648849231210695>

- Koliska, M., & Assmann, K. (2021). Lügenpresse: The lying press and German journalists' responses to a stigma. *Journalism*, 22(11), 2729–2746. <https://doi.org/10.1177/1464884919894088>
- Kreijere, D. (2024, 11 de abril). *Sods medijam par nepietiekami precīzu un neitrālu informāciju. Saruna ar advokāti*. LSM. <https://lr1.lsm.lv/lv/raksts/mediju-anatomija/sods-medijam-par-nepietiekami-precizu-un-neitralu-informaciju.-s.a190843/>
- Krøvel, R., Palumbo, F., & Orgeret, K. S. (2023). Introduction: Understanding roots and betweenness defining safety of journalists as a sub-field of research. Reading between the lines. *Journalism Studies*, 24(7), 825–837. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2023.2206494>
- Lauerer, C., Grünewald, M., Hanitzsch, T., Godole, J., Zguri, R., Godole, B., Amado, A., Bongiovanni, M., Rotelli, N., Luque, F., English, P., Hanusch, F., Lohmann, K., Meier, R., Mitterstainer, R., Preibisch, K. D., Riedl, A., Seethaler, J., Standaert, O., ... Alakooa, A. (2025). *Worlds of journalism study wave 3 (2021-2024). Consolidated dataset* [Conjunto de dados]. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15280739>
- Lewis, S. C., Zamith, R., & Coddington, M. (2020). Online harassment and its implications for the journalist–audience relationship. *Digital Journalism*, 8(8), 1047–1067. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1811743>
- Liepa, L. (2023). *Iespējamās izmaiņas Latvijas Republikas tiesību aktos, kas sekmētu ES direktīvas priekšlikuma mērķu sasniegšanu Latvijā, paredzot mediju augstāku aizsardzību pret SLAPP pazīmēm atbilstošām tiesvedībām*. <https://ej.uz/juridatzinums>
- Linstone, H. A., & Turoff, M. (Eds.). (1975). *The Delphi method: Techniques and applications*. Addison-Wesley.
- Lowrey, W., & Woo, C. W. (2010). The news organization in uncertain times: Business or institution? *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 87(1), 41–61. <https://doi.org/10.1177/107769901008700103>
- Maijanen, P., von Rimscha, B., & Głowacki, M. (2019). Beyond the surface of media disruption: Digital technology boosting new business logics, professional practices and entrepreneurial identities. *Journal of Media Business Studies*, 16(3), 163–165. <https://doi.org/10.1080/16522354.2019.1700095>
- Mesquita, L., & de-Lima-Santos, M. F. (2023). Blurred boundaries of journalism to guarantee safety: Approaches of resistance and resilience for investigative journalism in Latin America. *Journalism Studies*, 24(7), 916–935. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2023.2185078>
- Miller, K. C. (2023). The “price you pay” and the “badge of honor”: Journalists, gender, and harassment. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 100(1), 193–213. <https://doi.org/10.1177/10776990221088761>
- Miller, K. C., & Lewis, S. C. (2022). Journalists, harassment, and emotional labor: The case of women in on-air roles at US local television stations. *Journalism*, 23(1), 79–97. <https://doi.org/10.1177/1464884919899016>
- Mitchell, T. S. (2025). *Human rights, impunity and anti-press violence: How journalists survive and resist*. Taylor & Francis.
- Mohabeer, R. N. (2021). A method to analyse invisibility: Navigating the dissonance between woke and safe. *Current Sociology*, 70(7), 1031–1047. <https://doi.org/10.1177/00113921211017605>
- Napoli, P. M. (2014). Automated media: An institutional theory perspective on algorithmic media production and consumption. *Communication Theory*, 24(3), 340–360. <https://doi.org/10.1111/comt.12039>
- Okoli, C., & Pawlowski, S. D. (2004). The Delphi method as a research tool: An example, design considerations, and applications. *Information & Management*, 42(1), 15–29. <https://doi.org/10.1016/j.im.2003.11.002>
- Orgeret, K. S., & Tayebwa, W. (2020). Introduction: Rethinking safety of journalists. *Media and Communication*, 8(1), 1–4. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2873>

- Ostrovskis, T. (2023, 23 de maio) *Kādēļ NEPLP sodīja TVNET ar 8500 eiro: Mediju un varas patiesās attiecības Latvijā*. TVNET. <https://www.tvnet.lv/7780378/kadel-neplp-sodija-tvnet-ar-8500-eiro-mediju-un-varas-patiesas-attiecibas-latvija>
- Panievsky, A. (2022). The strategic bias: How journalists respond to antimedia populism. *The International Journal of Press/Politics*, 27(4), 808–826. <https://doi.org/10.1177/19401612211022656>
- Posetti, J., Aboulez, N., Bontcheva, K., Harrison, J., & Waisbord, S. (2021). *Online violence against women journalists: A global snapshot of incidence and impacts*. ICFJ – UNESCO.
- Priya, S. P. (2021). Case study method of research. *International Journal of Scientific & Technology Research*, 10(4), 324–328.
- Räber, M. (2023). Struggles over recognition under conditions of hypervisibility: Honneth, Rancière, and Ellison on the politics of perception. *Critical Horizons*, 24(4), 389–404. <https://doi.org/10.1080/14409917.2023.2286869>
- Reporters Without Borders. (2024). *2024 World press freedom index – Journalism under political pressure*. <https://rsf.org/en/2024-world-press-freedom-index-journalism-under-political-pressure>
- Rožukalne, A., Kažoka, A., & Siliņa, L. (2024). “Are journalists traitors of the State, really?” — Self-censorship development during the Russian–Ukrainian war: The case of Latvian PSM. *Social Sciences*, 13(7), Artigo 350. <https://doi.org/10.3390/socsci13070350>
- Rožukalne, A., & Skulte, I. (2024). *Monitoring media pluralism in the digital era: Application of the Media Pluralism Monitor in the European member states and candidate countries in 2023. Country report: Latvia*. CMFP. <https://cadmus.eui.eu/server/api/core/bitstreams/36bc977a-45ac-5b65-895d-b8276b6f298e/content>
- Slavtcheva-Petkova, V., Ramaprasad, J., Springer, N., Hughes, S., Hanitzsch, T., Hamada, B., Hoxha, A., & Steindl, N. (2023). Conceptualizing Journalists’ safety around the globe. *Digital Journalism*, 11(7), 1211–1229. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2162429>
- Šulmane, I., & Uzule, L. (2018). Latvijas žurnālisti un mediju darbinieki. In V. Zelče (Ed.), *Latvijas mediju vides daudzveidība* (pp. 93–116). LU Akadēmiskais Apgāds.
- Trappel, J., & Tomaz, T. (Eds.). (2021). *Success and failure in news media performance: Comparative analysis in the Media for Democracy Monitor 2021*. Nordicom.
- Trionfi, B., & Luque, J. (2019). *Newsroom best practices for addressing online violence against journalists: Perspectives from Finland, Germany, Poland, Spain and the United Kingdom*. IPI.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2012a). *Implementation strategy 2013–2014: UN plan of action on the safety of journalists and the issue of impunity*. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official_documents
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2012b). *UN plan of action on the safety of journalists and the issue of impunity*. <https://en.unesco.org/un-plan-actionsafety-journalists>
- Verza, S. (s.d.). *SLAPP: The background of strategic lawsuits against public participation*. European Centre for Press & Media Freedom. <https://www.ecpmf.eu/slapp-the-background-of-strategic-lawsuits-against-public-participation/>
- Villagrán Sánchez, Á., & López Pan, F. (2024). Beyond journalism about journalism?: Assessing the impact of metajournalistic discourse on journalism studies. *Journalism Studies*, 26(2), 161–180. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2024.2414349>
- Waisbord, S. (2022). Can journalists be safe in a violent world? *Journalism Practice*, 16(9), 1948–1954. <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2098524>

Waisbord, S. (2024). Mob censorship: Online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. In O. Westlund, R. Krøvel, & K. S. Orgeret (Eds.), *Journalism and safety* (pp. 30–46). Routledge.

Žurnālistes Springes Vajāšanā Apsūdzētajam Sondaram Piespriests Cietumsods.
(2022, 3 de março). *DELFI*. <https://www.delfi.lv/news/national/criminal/zurnalistes-springes-vajasana-apsudzetajam-sondaram-piespriez-cietumsodu.d?id=54141874>

APÊNDICE A

Lista de casos judiciais analisados:

- Caso 1: funcionário do Estado vs JSC “Cits Medijs” (editor da revista *lr*);
- Caso 2: Ópera e Ballet Nacional vs SIA “Tvnet”;
- Caso 3: processo administrativo do Conselho Nacional de Média Eletrônicos vs SIA “TVNET GRUPA”;
- Caso 4: funcionário do Estado, reivindicação de administrador de insolvência vs JSC “Cits Medijs”;
- Caso 5: jornalista vs pessoa singular — ECLI:LV:RAT:2023:1031.C30375222.10.S.

APÊNDICE B

Este Apêndice fornece detalhes sobre os informantes deste estudo, apresentando listas dos participantes das entrevistas semiestruturadas (oito; Tabela B1) e dos participantes das discussões em grupo focal (três; Tabela B2, Tabela B3 e Tabela B4). Os participantes da investigação estão anonimizados; a sua contribuição é descrita em notas referentes à sua afiliação profissional ou cargo.

	AFILIAÇÃO PROFISSIONAL/CARGO	NÚMERO DO INFORMANTE
1	Representante do Ministério da Cultura	Informante 1
2	Advogado juramentado 1	Informante 2
3	Advogado juramentado 2	Informante 3
4	Advogado especializado em média	Informante 4
5	Procurador	Informante 5
6	Advogado em exercício especializado em média	Informante 6
7	Representante do Provedor de Justiça da República da Letónia, advogado	Informante 7
8	Representante da Polícia do Estado	Informante 8

Tabela B1. Lista de informantes para entrevistas semiestruturadas e aprofundadas

DISCUSSÃO EM GRUPO FOCAL 1 — COLABORADORES DO SERVIÇO JURÍDICO DE ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO OU CONSULTORES JURÍDICOS EXTERNOS		
1	Advogado em exercício envolvido em atividades mediáticas relacionadas com processos judiciais	Informante A
2	Advogado de órgão de comunicação 1	Informante B
3	Advogado de órgão de comunicação 2	Informante C

Tabela B2. *Lista de informantes — participantes em discussões em grupos focais*

DISCUSSÃO EM GRUPO FOCAL 2 — GESTORES DE MÉDIA, LÍDERES DE PROJETOS MEDIÁTICOS		
1	Jornalista de investigação, gestor de projeto de jornalismo investigativo	Informante D
2	Diretor de média regional, representante da órgão de comunicação profissional	Informante E
3	Diretor de média nacional	Informante F
4	Gestor de redação de notícias	Informante G

Tabela B3. *Lista de informantes — participantes em discussões em grupos focais*

DISCUSSÃO EM GRUPO FOCAL 3 — JORNALISTAS, EDITORES E PRODUTORES DE NOTÍCIAS E INVESTIGAÇÃO		
1	Jornalista de investigação, representando um órgão de comunicação nacional	Informante H
2	Jornalista analítico, representando um órgão de comunicação nacional	Informante I
3	Jornalista de investigação	Informante J
4	Representante de estúdio regional, produtor	Informante K
5	Representante da organização profissional de jornalistas	Informante L

Tabela B4. *Lista de informantes — participantes em discussões em grupos focais*

NOTAS BIOGRÁFICAS

Anda Rožukalne é professora e investigadora sénior na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Riga Stradiņš, na Letónia. É doutorada em Sociologia dos Média, possui uma vasta experiência como jornalista, editora e investigadora nas áreas de comunicação de massas, jornalismo e estudos dos média. As suas áreas de especialização incluem a investigação em jornalismo, os efeitos dos média e da comunicação, a literacia mediática, a regulação e autorregulação dos média e os estudos de audiência. Desde 2011, os seus interesses de investigação têm-se centrado no desenvolvimento de ferramentas inovadoras, apoiadas por inteligência artificial, para a investigação de audiências e dos média, incluindo o índice de agressividade na internet. Rožukalne é autora de várias publicações educativas e académicas sobre diversas questões da comunicação pública, do jornalismo e dos média. Representa a Letónia no Media Pluralism Monitor da Comissão Europeia, no

Euromedia Ownership Monitor e no estudo global *Worlds of Journalism Study*. É uma das fundadoras da Associação de Jornalistas da Letónia, membro do Conselho de Ética dos Média da Letónia e membro da Academia Europaea.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5474-4222>

Email: anda.Rozukalne@rsu.lv

Morada: Rīga Stradiņš University, Faculty of Social Sciences, 16 Dzirciema str., Riga, LV 1007, Letónia

Alnis Stakle é professor auxiliar de Estudos de Comunicação na Universidade Riga Stradiņš. Ensina fotografia, análise de conteúdos visuais e literacia visual, sendo autor de vários artigos académicos publicados em revistas científicas. Os seus interesses de investigação atuais incluem cultura visual, fotojornalismo, literacia mediática e artes visuais. Enquanto artista especializado em fotografia, explora de forma crítica temas de representação visual, como traumas coletivos e pessoais, perdas, memórias e a materialidade da fotografia enquanto meio. Trabalhando tanto de forma documental como conceptual, as suas obras revelam como ideias sociopolíticas podem ser investigadas através da interação entre facto e ficção, bem como entre experiência coletiva e subjetiva.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0962-0076>

Email: alnis.stakle@rsu.lv

Morada: Rīga Stradiņš University, Faculty of Social Sciences, 16 Dzirciema str., Riga, LV 1007, Letónia

Ilva Skulte é professora associada na Faculdade de Comunicação da Universidade Riga Stradiņš, na Letónia. Os seus interesses de investigação incluem teorias da comunicação, literacia mediática, jornalismo cultural, análise do discurso mediático e político, análise de textos (literários) e média, bem como estudos sobre literacia mediática e crianças.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4589-6600>

Email: ilva.skulte@rsu.lv

Morada: Rīga Stradiņš University, Faculty of Social Sciences, 16 Dzirciema str., Riga, LV 1007, Letónia

Submetido: 29/03/2025 | Aceite: 03/10/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.